

Conversão: dívida abatida em US\$ 4,8 bilhões

O processo de conversão da dívida externa brasileira em investimentos no País já soma US\$ 4,8 bilhões, segundo os números contabilizados pelo Banco Central (BC) até 31 de agosto último. Desse total, US\$ 2,8 bilhões referem-se a operações de conversão formal da dívida e US\$ 2 bilhões à chamada conversão informal. Como neste último caso os valores devem estar subavaliados, podendo ter chegado a US\$ 4 bilhões, é bastante provável que o mecanismo de conversão já tenha abatido perto de US\$ 7 bilhões da dívida externa brasileira.

Estes números, divulgados na última sexta-feira na Conferência sobre o Programa Brasileiro de Conversão da Dívida em Investimento, promovida por este jornal e pela Câmara Brasileira de Comércio da Grã-Bretanha, em Londres, atestam o inegável êxito do processo de conversão detonado pelo governo como forma de reduzir o endividamento externo e atrair novos investimentos, espe-

cialmente para as áreas produtivas.

Nos sete leilões realizados até agora nas bolsas de valores, só existem dados consolidados dos seis primeiros. Por eles, conforme o BC, o deságio médio foi de 19,17% (25,65% para a área livre e 11,03% para a incentivada). Do total que foi convertido até o sexto leilão — US\$ 870,5 milhões líquidos —, 65,9% foram carreados para a indústria de transformação, com a clara preferência por dois setores: o de material elétrico e comunicações, com 15%, e o de papel e celulose, com 11,8%.

De certa forma, há um razoável consenso entre os banqueiros privados, dirigentes de organismos multilaterais e governos de países endividados, sobre a solução encontrada por alguns países da América Latina em utilizar o mecanismo de conversão para abater a dívida externa e atrair novos investimentos. Alguns dados preliminares apontam nesta direção. O processo de conversão formal e informal da dívida da re-

gião já conseguiu, nos últimos três anos, um abatimento entre US\$ 12 bilhões e US\$ 20 bilhões em, pelo menos, três principais países: o Brasil, o Chile e o México.

Como já ressaltamos em editoriais anteriores, apesar de salutar, o processo de conversão traz os seus riscos. Previsões do próprio BC apontam para uma remessa de lucros ao exterior da ordem de US\$ 1,7 bilhão, quase 50% mais do que o que foi remetido no ano passado. A razão disso é simples: empresas legalmente instaladas no País, em vez de reapplicarem recursos internamente, remetem seus lucros para o exterior, usando esse recurso para converter parte da dívida, comprando títulos da dívida externa brasileira, cujo deságio anda por volta dos 48-49%, trazendo novamente os recursos para o País. Como ela comprou o título da dívida com um grande "desconto" (quase 50% de seu valor de face), na verdade ela está investindo bem menos do que se o dinheiro ti-

vesse ficado originalmente no País.

Outra crítica que o processo de conversão tem merecido de alguns segmentos do mercado é o seu efeito realimentador da inflação na medida em que acaba pressionando a base monetária.

Ao discursar na Conferência sobre o Programa Brasileiro de Conversão de Dívida em Investimentos, para uma platéia de cerca de trezentos banqueiros e empresários, no hotel Dorchester, em Londres, o ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, descartou qualquer possibilidade de o governo brasileiro limitar o programa de conversão devido às pressões monetárias.

Parece-nos que, na medida em que entraves serão colocados pela nova Constituição, a ser promulgada no próximo dia 5, ao capital externo, a conversão ainda é um dos poucos instrumentos de que dispõem as subsidiárias de empresas estrangeiras para convencer suas matrizes a investir no Brasil.